

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Ipiranga, 60 – Centro  
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 10/2024

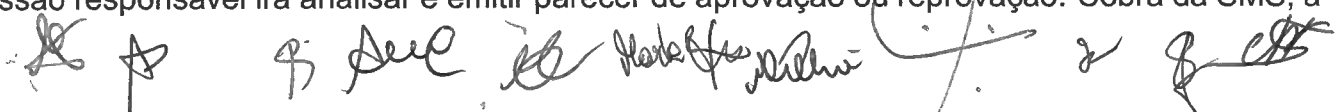
Aos doze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 18:30 horas, em segunda chamada-se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, com a seguinte pauta: Informações da Mesa, Centro de Referência do Espectro Autista, Apresentação do RDQA 1º Quadrimestre 2024, MGS (Monitoramento de Saúde) e assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes e informa que a pauta Centro de Referência do Espectro Autista, mais uma vez não será apresentada, porque os responsáveis não tiveram “tempo” de fazer a apresentação. Passa a fazer os informes da Mesa Diretora, salientando que em razão da calamidade, os conselheiros não tem comparecido, em sua totalidade, as reuniões e que estamos verificando e notificando as representações, quanto as ausências de seus representantes e questionando sobre seu interesse em permanecer na composição do CMS e caso não manifestarem sua intenção de não permanecer, dar lugar a outras que já se manifestaram. O Secretário da Mesa, conselheiro Eduardo, em decorrência da pauta extensa solicita e melhor aproveitamento da reunião e devido ao envio tempestivo, da ata 09/2024, de 08/07/2024, para análise, solicita a Plenária autorização para dispensa da leitura. O Presidente dirige-se a Plenária e pede o entendimento e assim pergunta aos conselheiros se existe algum apontamento ou manifestação referente a ata, em atenção. Com a aceitação, o Presidente coloca a ata em votação e esta é aprovada, por onze conselheiros. O Presidente Mário diz ter recebido resposta da Secretaria Municipal de Saúde, ao ofício 16/2024, do CMS, sobre o Programa Melhor em Casa, que diz que considerando a importância do Programa Melhor em Casa, que por decisão de desabilitação do serviço, pela administração anterior, nos encaminha proposta que este fique vinculado aos hospitais, já que é um programa de desospitalização. O Presidente fala que o CMS entende que o Programa Melhor em Casa não pode ser desabilitado. Recebida resposta a solicitação do Conselho Local de Saúde da UBS Central Park, de laudo da Vigilância em Saúde, da unidade. O Presidente Mário informa que a Comissão Técnica irá fazer visita ao HU e a Unidade Nancy Pansera, que está funcionando de maneira muito precária, do mesmo modo que a UBS Natal, que está funcionando na Escola Max Oderich. A Comissão percebeu em visita lá, um grupo desmotivado. A Unidade está sem telefone, computador e funcionando em ambiente frio e úmido, em barraca. Diz que solicitou ao Secretário Mauro Sparta, providências para melhoria das condições de trabalho. Diz que a Comissão de Trabalho irá fazer visita, no dia de amanhã, 13/08/2024, na UBS Nancy Pansera e está semana ao Hospital Universitário. O Presidente Mário dá início a primeira pauta. Que se refere, a apresentação do RDQA 1 Quadrimestre 2024. O Presidente lembra que um acerto com a secretaria e o Tribunal de Contas do Estado, foi aceita apenas a apresentação do Relatório ao CMS, suficiente para regularização perante o órgão do estado, mas manteve a obrigação da Comissão de Orçamento e Finanças do Controle Social, de fiscalizar e emitir parecer a ser apreciado pela Plenária, conforme a possibilidade de esta analisar. Lembra o conselheiro Eduardo que, por não ser uma análise criteriosa do CMS, não haverá votação. A parte inicial, financeira, é apresentada pelo contador Clóvis começa a explanação, concordando com o Presidente Mário, Começa mencionando que a base dos dados é 30/04/2024. A receita total dividida entre município, estado e União foi de R\$ 203.591.386,31, assim distribuídos. Receitas do município transferências de recursos Livre para o ASPS R\$ 15.845.151,35, impostos (IPTU, ITBI, ISS, IRRF e multas e juros) totalizaram R\$ 23.271.227,79, participação cota-parte de FPM, ITR, IPVA, ICMS e IPI Exportação, no valor de R\$ 51.176.265,72, taxas de fiscalização de vigilância sanitária R\$ 94.497,16, empréstimo FINISA R\$ 468.181,97, fechando total de R\$ 90.855.324,00, percentual de 44,63%, da Receita Total. Para o estado

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

em atenção básica R\$ 1.908.418,59, assistência farmacêutica R\$ 204.503,43, média e alta complexidade R\$ 25.495.139,26, vigilância em saúde R\$ 125.000,00 e investimentos por convênios/portarias SES/emendas R\$ 50.000,00, formando o valor de R\$ 27.783.061,28, percentual de 13,65%, da Receita Total. Pela União, os valores em atenção básica R\$ 11.577.820,71, assistência farmacêutica R\$ 1.166.940,12, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar R\$ 64.293.705,47, vigilância em saúde R\$ 907.249,15, Gestão em Saúde R\$ 5.138.005,58 e Investimentos em atenção Primária R\$ 1.869.280,00, num total de 84.953.001,03, percentual de 41,73%, da Receita Total. Explica o Sr. Clóvis que a Gestão em Saúde é o montante, do Piso de Enfermagem. Mostrado comparativo entre os primeiros quadrimestres dos anos de 2023 e 2024, tecendo comentários. As receitas do município em 2023 foram de R\$ 100.610.888,07 e 2024, R\$ 90.855.324,00, 9,70%, a menor. Do estado em 2023, R\$ 40.393.099,00 e 2024 R\$ 27.783.061,28, num percentual negativo de 31,22% e da União em 2023, R\$ 66.358.320,93 e 2024 R\$ 84.953.001,03, saldo positivo de 28,02%. Parte para as despesas, abrindo as somas divididas por utilização quanto aos recursos de custeio distribuiu o gestor em folha de pagamento no valor de R\$ 10.096.448,32. Material de distribuição gratuita R\$ 136.034,70. No setor hospitalar, o ABC-HNSG, um valor de R\$ 34.991.190,61, sendo R\$ 7.899.888,68 verba do município, R\$ 2.987.366,68, do estado e R\$ 24.103.935,25 da União. Para o IACHS-HPSC, um valor de R\$ 32.170.710,46, do município R\$ 12.400.611,73, do estado R\$ 12.862.868,84 e União R\$ 6.907.229,89. Para a FUNAM-HU, um valor de R\$ 55.209.547,95, divididos em 10.590.642,23 do município, R\$ 15.782.960,74 do estado e R\$ 28.835.944,48 da União. Para as UPAs, CAPs e FMSC, as verbas de custeio, importaram no IB Saúde - UPA's Rio Branco e Liberty Dick Conter, em R\$ 9.632.923,97, sendo Município R\$ 7.094.888,68, do estado R\$ 900.000,00 e verbas federais R\$ 1.638.641,42. Do IB Saúde - UPA Guajuviras R\$ 3.439.359,32, sendo R\$ 2.315.158,47 municipais, R\$ 526.500,00 do estado e R\$ 597.700,85 da União. Para o IB Saúde, de gastos nos CAPS R\$ 3.704.708,13, sendo R\$ 1.387.743,15 do município, R\$ 328.333,14 do estado e R\$ 1.990.631,84 da União. Para a FMSC R\$ 37.013.737,09, sendo R\$ 27.915.502,210 do município, R\$ 2.622.681,24 do estado e R\$ 6.475.553,65 da União. Complementa informando que a SAMU (CAP) R\$ 2.303.127,64, com Sentenças Judiciais R\$ 49.271,23 e demais credores R\$ 25.464.846,41. O conselheiro Eduardo acha muito estranho o valor apresentado para sentenças, tendo em vista histórico e pede relatório dos valores pagos. Para empréstimo FINISA R\$ 1.123.224,80. O conselheiro Eduardo pede "demais credores" e o que seria o empréstimo Finisa e "demais credores". O Sr. Clóvis explica que Finisa é financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento voltado ao Setor Público com processos de contratação e prestação de contas ágeis e simplificados. O município fez para investimentos em obras e os demais credores são várias despesas menores e RP, são restos a pagar, que não foram quitados no ano anterior. A conselheira Denize pergunta se a Finisa é percentual e o Sr. Clovis responde que o valor total era de cinquenta milhões e este foi o pagamento final. Passa o servidor Clovis a traçar o total de despesas de custeio que importaram em R\$ 215.337.130,13, sendo R\$ 92.098.574,34, de verbas municipais, percentual de 42,77%, R\$ 37.570.278,88, verbas estaduais, percentual 17,45% e R\$ 85.668.276,91, percentual de 39,78%. Discrimina que do valor total, R\$ 176.539.801,49 e R\$ 38.797.328,64, em RP. Faz comparativo, de despesas de custeio do mesmo período do ano de 2023 e 2024. Distribui as participações, da forma descrita. Município em 2023, R\$ 100.510.254,38 e R\$ 92.098.574,34, diminuição de 8,37%. Pelo estado, em 2023, R\$ 40.595.362,70 e 37.570.278,88, em 2024, redução de 7,45% e verbas federais em 2023 e R\$ 69.519.180,96 e R\$ 85.668.276,91, em 2024. Faz análise comparativa, em que o orçamento é de R\$ 824.991.505,00, enquanto o gasto até 30/04/2024, foi de R\$ 417.112.339,24, percentual de 50,56%. Finaliza com a aplicação em ações e serviços públicos em saúde calculada foi de 16,38%. A conselheira Denize diz se preocupar, pois, se houve déficit no primeiro quadrimestre, o que acontecerá, pois a redução na arrecadação será significativa. O servidor Clóvis diz que as táticas e programações cabem ao secretário. O Presidente concorda. O Sr. Clóvis fala que o Escritório de Captação está providenciando projetos para buscar recursos para reconstrução, porém dependem de aprovação. O conselheiro Eduardo verifica as despesas em UPAs, por parte do município, que suporta sozinho as UPAs Liberty, Idoso e Niterói, Pois o Ministério da Saúde entende que Canoas tem necessidade de apenas duas UPAs, Guajuviras e Rio Branco. O Presidente nomeia as duas comissões de análise do CMS. Para a segunda parte da apresentação do Relatório RDQA 1 Quadrimestre 2024, os Indicadores de Saúde. A servidora fala que providenciará arquivos em PDF dos indicadores para serem encaminhados a Comissão do Conselho. Continua

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

dizendo que o município precisa das cinco UPAS que tem e confirma que o Ministério da Saúde, não entende assim e que precisamos diminuir as doenças, como nos países europeus e não aumentar os leitos. O Presidente diz se sentir frustrado, pois a apresentação é muito importante e que é uma pena estarem poucos conselheiros presentes. Diz que foram instalados hospitais de campanha, que faziam um trabalho maravilhoso, mas que estão fechando, por falta de demanda, só restando o do Graças. A enfermeira Caren diz que o do HNSG encerrou suas atividades, ontem. Começa a apresentar os números, cujo Projeto Previne Brasil, mostra que os indicadores saíram. Inicia os indicadores com a proporção de gestante com pelo menos seis consultas de pré-natal, até a décima segunda semana de gestação, cuja meta seria de 60% e alcançamos 80,59%. O segundo é a proporção de exames de sífilis e HIV disponibilizados para as gestantes, cuja meta seria 60% e atingidos 59%. O terceiro índice que é a proporção de gestantes que realizou a primeira consulta odontológica, também não atingiu a meta de 60%, chegando a 57%. O quarto indicador, também relacionado a gestação, que é reduzir a gravidez na adolescência na faixa etária de dez a dezenove anos a meta era de 8,35 e ficou em 7,43%. O conselheiro Eduardo discorda da idade de dezenove anos como limite, pois está idade, já é considerada como efetivamente ativa. O quinto indicador foi muito restritivo, pois a proporção de exames citopatológicos realizados em mulheres, alcançou 28%, enquanto a meta era de 40%. O sexto indicador se refere a taxa de mortalidade infantil que é baseado em óbitos, por mil nascimentos e a número cuja meta era 9,22, e o resultado 9,69. Diz a servidora Amanda fala que o preconizado é inferior a dez por mil. O sexto indicador, cobertura vacinal da poliomielite inativada e pentavalente, cuja meta era de 95%, atingiu apenas em 86%, porém diz se sentir satisfeita, pois está num crescente, diferente dos índices baixos do início, o que comprova o sétimo indicador, que é manter a cobertura vacinal da vacina tríplice viral, da primeira dose, para crianças de um ano de idade, cuja meta era 95% e alcançou 95,49%. No oitavo indicador, a proporção de pessoas com hipertensão arterial, com consulta e pressão arterial aferida no semestre era de 50% e foi atingido apenas 28% e a proporção de pessoas com Diabetes mellitus, com consulta e hemoglobina glicada solicitada foi de 33%, enquanto a meta era de 50%. O Presidente Mário reclama que falta de médico cardiologista, atrapalha o controle da hipertensão e que todo paciente com diabete, na hora de renovar sua receita tem que fazer exames. O conselheiro Eduardo explica, o porquê de sua discordância do indicador apresentado, pois os exames podem ser feitos nos convênios e particular, maculando o resultado. O décimo primeiro indicador se refere a taxa de internações por causas sensíveis a Atenção Básica, a meta era de 27% e foi atingido 16,86. O décimo segundo indicador, percentual de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a meta seria de 75% das áreas do município e o resultado 98,09, ao que o conselheiro Eduardo discordo, com as palavras, ou os agentes estão mal divididos no território ou o cálculo é equivocado, dando exemplo do quadrante Sudeste que tem quatro UBSs e metade não tem Agentes Comunitários. O décimo terceiro indicador que é implantar um CAPS I, foi considerado como 0,25. O Presidente Mário questiona o motivo pela não implantação, já que foi aprovada a criação, pelo CMS. O conselheiro Eduardo pergunta sobre a posição da homologação do CAPS e a servidora Amanda responde que ela só vem após a implantação. O décimo quarto indicador são os casos de Leptospirose apresentou quatrocentos e quatro casos em investigação, sessenta e quatro casos positivos, sessenta e nove casos descartados e um óbito. O décimo quinto indicador apresentado foram os casos de dengue no município do 1º Quadrimestre 2024, que atingiram sete mil, setecentos e vinte casos e separou por bairros, com número significativo de casos no quadrante Noroeste. Salientou que o número de óbitos por dengue foi de dez casos e por influenza, três. O décimo sexto indicador se refere ao número de casos de AIDS em maiores de doze anos, cuja meta era zerar e tiveram vinte e um casos, no quadrimestre. O último indicador apresentado era reduzir a mortalidade geral por AIDS, habitantes, com meta de 8,97, por cada mil habitantes, ficou em 6,04. Com o fim da explanação da servidora Amanda, o Presidente abre para mais manifestações e saliente que a participação é sem juízo de valor e que a Comissão responsável irá analisar e emitir parecer de aprovação ou reprovação. Cobra da SMS, a



reunião da Comissão de DST/AIDS. A conselheira Denize pergunta a servidora Amanda, o total de indicadores e a Sra. Amanda responde que são mais ou menos duzentos e cinquenta metas e cada um tem um indicador, mas são divididos durante os quatro anos do Plano Municipal de Saúde. Cada ano, um número X de metas. Completa que para 2024, não sabe e que deveria estar no site da Prefeitura, mas não está, porém está disponível no Digisus. Sabe que é em torno de 10% e é o que trouxe. O conselheiro Mário fala que cada conselheiro deveria ter uma cópia do Plano Municipal e assim acompanharem a sua execução. A conselheira Denize questiona sobre a existência de planejamento para os índices não alcançados. A Sra. Amanda responde que a avaliação é constante e ao final de cada ano, o gestor deve analisar e, se for necessário, mudar o rumo e isto, será feito no final de 2024. O Presidente fala que o CMS foi crido, também, para oferecer soluções. Diz que fará cobrança ao Hospital Universitário, nesta semana, sobre a falta de cardiologistas. Revela que na quarta-feira haverá reunião, para verificar a situação de trabalho e das meta do HNSG. A conselheira Cristiane menciona a Comissão de Fiscalização do Relatório de Metas e que está convidará a secretaria para discutir. A servidora Amanda diz que sempre que a Comissão lhes chamar, estará presente. O conselheiro Presidente diz que felizmente, o CMS de Canoas é respeitado. O conselheiro Eduardo diz que, com certeza, a SMS será muitas vezes, convocada, para juntos podermos oferecer uma saúde melhor para Canoas. A servidora Amanda concorda. O conselheiro Local Fernando fala que não vê investimentos no combate à Dengue e faz uma "denúncia", de que, existe uma Câmara Hiperbárica parada no HU e que para o PAC seria importante que estivesse ativa, pois Canoas tinha convênio, com uma clínica em Porto Alegre, para tratamento. O conselheiro Eduardo pode que explique a função deste equipamento e o Conselheiro Local Fernando, diz não saber muito, mas que é para fazer tratamento com oxigenoterapia, que possibilita maior qualidade de cicatrização. Explica a conselheira Daiane que uma câmara hiperbárica é um dispositivo médico fechado e resistente à pressão que fornece oxigênio a pressões atmosféricas muito elevadas para o tratamento de diversas condições. O Presidente fala que já está anotado e fará cobrança, na visita ao HU. Uma reunião cansativa, mas muito importante pelas resoluções e assim encerra a reunião às 21:08 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

*Handwritten signatures and notes:*

- for 16/06*
- Sustantivo de Sen*
- 16/06*
- Mark*
- Sup*
- 16/06*
- Paulo Fraga*
- APSC*